PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 171/2026
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E INFRAESTRUTURA.
ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 9.2026-059-PMVX.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DESTINADAS A CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS, PARA ATENDIMENTO DA SEINFRA.

I - RELATÓRIO

Trata o presente expediente de processo administrativo encaminhado a esta Assessoria Jurídica para análise da fase preparatória e da minuta do instrumento convocatório, destinado ao registro de preços para futuro e eventual fornecimento de peças de reposição para caminhões e máquinas pesadas pertencentes à frota utilizada pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura – SEINFRA, consoante justificativas, especificações e documentos de planejamento juntados aos autos.

O procedimento foi estruturado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, modo de disputa ABERTO e utilização do Sistema de Registro de Preços, conforme quantitativos e condições descritos no Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, estimativa de preços e edital com seus anexos.

A demanda administrativa decorre da necessidade de manter a disponibilidade operacional da frota de caminhões e máquinas pesadas, empregada na manutenção de estradas vicinais, transporte de materiais, apoio às obras e demais serviços públicos municipais. A aquisição parcelada de componentes objetiva viabilizar manutenção preventiva e corretiva e reduzir paralisações decorrentes de desgaste e falhas mecânicas.

Foram apresentados para exame, entre outros elementos, Documento de Formalização da Demanda; Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Matriz de Riscos; estimativa de despesas; documentação da pesquisa de mercado e planilhas de formação de preços; e edital do Pregão Eletrônico com respectivos anexos, incluindo os instrumentos destinados ao registro de preços e à contratação.

É a síntese do necessário.

II - APRECIAÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação destina-se ao controle prévio de legalidade da contratação, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, incidindo sobre a regularidade jurídico-formal da fase preparatória, a adequação da modalidade e do critério de julgamento, as condições de participação e habilitação, o instrumento convocatório e os seus anexos.

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

O controle jurídico não substitui as avaliações de natureza estritamente técnica, mercadológica, operacional, contábil, orçamentária ou de conveniência administrativa, atribuídas aos respectivos setores competentes. Tais matérias são consideradas a partir dos elementos constantes dos autos, especialmente quando produzirem reflexos sobre a legalidade, a isonomia, a competitividade, o julgamento objetivo ou a futura execução contratual.

A manifestação adota como pressupostos as informações, justificativas, estimativas, levantamentos e declarações formalmente produzidos pelos agentes e setores responsáveis, sem prejuízo da análise jurídica da correspondência entre esses elementos e as disposições do edital, da ata e do futuro instrumento contratual.

Da fase preparatória, do planejamento e da instrução processual

A fase preparatória constitui o núcleo de planejamento da contratação e deve demonstrar, de forma encadeada, a necessidade administrativa, a solução escolhida, os quantitativos estimados, o valor de referência, o regime de fornecimento ou execução, a modalidade, o critério de julgamento e as condições que regerão a seleção do fornecedor e a futura contratação.

> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
> I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
> II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
> III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
> IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

> VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros;
> IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, inclusive das exigências de qualificação técnica e econômico-financeira e das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
> X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

No caso em exame, os instrumentos de planejamento descrevem a necessidade de abastecimento de peças para manutenção da frota municipal, a estimativa das quantidades, a formação de preços, as características dos componentes e a modalidade escolhida. Cabe às unidades técnicas a responsabilidade pelas especificações, compatibilidade das peças, dimensionamento das necessidades e premissas da contratação.

O Documento de Formalização da Demanda – DFD identifica a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura – SEINFRA como unidade requisitante e apresenta, em tópicos próprios: identificação do órgão e do responsável pela demanda; objeto; forma de contratação sugerida e base regulamentar; justificativa da necessidade; descrições e quantidades das peças, organizadas segundo os veículos e equipamentos; previsão e planejamento da contratação; estimativa financeira; indicação da área requisitante; e elementos relativos às condições de atendimento. Em síntese, o DFD fundamenta a aquisição de componentes para a manutenção preventiva e corretiva dos caminhões e demais equipamentos utilizados nas atividades municipais, visando reduzir paralisações, preservar a frota e assegurar a continuidade dos serviços públicos de infraestrutura.

O Estudo Técnico Preliminar – ETP organiza a avaliação da solução administrativa por meio dos seguintes tópicos: objeto; justificativa da necessidade da contratação; forma de contratação sugerida e base legal; análise da contratação; alinhamento estratégico; requisitos da contratação e responsabilidades das partes; controle e fiscalização; estimativa das quantidades e metodologia de definição dos quantitativos; estimativa de preços; levantamento das condições de fornecimento e da solução pretendida; e fundamentos da utilização do Sistema de Registro de Preços. Em síntese, o estudo relaciona o desgaste natural de peças de caminhões e máquinas pesadas à necessidade de reposição periódica, destacando o fornecimento parcelado, conforme a demanda da SEINFRA, para evitar interrupções na execução de serviços municipais.

O Termo de Referência – TR apresenta, de forma sistematizada, os seguintes tópicos: objeto da contratação; condições de fornecimento; relação discriminada dos itens, especificações técnicas, unidades, quantidades e valores de referência; fundamentação e justificativa da contratação; requisitos e características dos produtos; responsabilidades da contratada e da contratante; procedimentos de solicitação e entrega; recebimento, verificação de conformidade e substituição de peças inadequadas; acompanhamento, gestão e fiscalização; e condições relacionadas à execução e ao pagamento. Em síntese, o TR detalha os componentes destinados aos diferentes caminhões e máquinas pesadas, estabelecendo os parâmetros para aquisição e conferência das peças de reposição, com vistas à

compatibilidade com os equipamentos, à continuidade da manutenção e à adequada execução do futuro fornecimento.

A análise jurídico-formal da fase preparatória pressupõe coerência entre a demanda, a solução eleita, o agrupamento dos componentes, a estimativa de quantidades, o orçamento, os parâmetros de julgamento e as obrigações a serem assumidas, sem substituir a avaliação técnica quanto à aplicação e compatibilidade dos itens relacionados nas planilhas.

Da modalidade pregão eletrônico

A modalidade pregão é aplicável à aquisição de bens e à contratação de serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado.

> Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

No procedimento em análise, o objeto consiste no fornecimento de peças para caminhões e máquinas pesadas, bens cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente pelas especificações do edital, mediante identificação técnica e critérios usuais do mercado. Mostra-se, portanto, adequada, em princípio, a modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

A forma eletrônica amplia o acesso dos interessados, favorece a transparência dos atos, a rastreabilidade da sessão e a obtenção de propostas competitivas, devendo o procedimento observar as regras legais, regulamentares e operacionais aplicáveis à plataforma utilizada pelo Município.

Do Sistema de Registro de Preços

O Sistema de Registro de Preços constitui procedimento auxiliar que viabiliza contratações futuras e eventuais, sem impor à Administração a aquisição integral dos quantitativos estimados. Sua aplicação é compatível, em princípio, com o fornecimento parcelado de peças para manutenção de frota, em que o consumo varia conforme as necessidades operacionais e a ocorrência de manutenções preventivas e corretivas, observados os arts. 82 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

> Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor, entre outros aspectos, sobre as especificidades da licitação e do objeto, a quantidade máxima de cada item, a quantidade mínima a ser cotada, o critério de julgamento, as condições para alteração dos preços registrados e as hipóteses de cancelamento da ata.

O edital e os instrumentos de registro deverão assegurar identificação dos itens, quantitativos máximos, preços, condições de convocação, fornecimento, revisão e cancelamento, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

Do critério de julgamento, do parcelamento e do modo de disputa

O critério de julgamento deverá guardar correspondência com a natureza do objeto e permitir a seleção da proposta mais vantajosa por parâmetros objetivos. Nas contratações estruturadas por itens ou lotes, a divisão deve considerar a viabilidade técnica e econômica, a ampliação da competição, a economia de escala, a gestão do futuro ajuste e a preservação da funcionalidade do conjunto, quando existente.

No caso concreto, o edital adota o julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE e o modo de disputa ABERTO, impondo a apresentação de proposta para a totalidade dos itens integrantes de cada lote. Recomenda-se, de forma pontual, que a unidade técnica mantenha nos autos justificativa suficiente para a composição dos lotes, demonstrando sua conveniência técnica e econômica, à luz da economicidade e da preservação da competitividade, conforme o art. 40 da Lei nº 14.133/2021.

O edital estabelece, ainda, que o valor individual dos itens da proposta consolidada não poderá superar o correspondente preço estimado, prevendo aplicação uniforme do desconto aos componentes do mesmo lote. A utilização desses parâmetros deverá preservar a transparência, a objetividade do julgamento e a conformidade com os preços de referência.

Da estimativa da contratação e da pesquisa de preços

A estimativa do valor da contratação deve refletir preços compatíveis com os praticados no mercado e estar acompanhada da identificação das fontes consultadas, das datas de obtenção, da metodologia empregada, das memórias de cálculo e dos documentos que permitam a rastreabilidade da formação do orçamento.

> Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

No processo analisado, a estimativa da contratação foi instruída por relatório de pesquisa de preços, documentação de solicitações de cotações a fornecedores e planilhas discriminadas de peças para caminhões e máquinas pesadas, com indicação de unidade, quantidade, preço unitário e total estimado. A aferição material dos valores, a pertinência das referências consultadas e os cálculos das planilhas são de responsabilidade do setor técnico competente.

Sob o enfoque jurídico-formal, a pesquisa deve permitir a identificação das fontes, a correspondência entre os objetos pesquisados e os itens licitados, a compreensão do método de cálculo e o tratamento conferido a valores destoantes ou não aproveitados. A aferição material da suficiência das fontes, da atualidade dos preços e da compatibilidade mercadológica dos valores permanece atribuída ao setor competente, que responde pelas premissas técnicas utilizadas na estimativa.

Da minuta do edital e de seus anexos

O edital constitui a norma interna do certame e deve reunir, com clareza e precisão, as regras relativas ao objeto, à participação, à apresentação das propostas, ao julgamento, à habilitação, aos recursos, às penalidades, à execução, à fiscalização, ao recebimento e ao pagamento, mantendo correspondência com os documentos da fase preparatória.

> Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A minuta examinada integra o Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-059-PMVX e contém disposições sobre objeto, participação, propostas, disputa, julgamento, habilitação, recursos e sanções. Seus anexos disciplinam as especificações do fornecimento, condições de registro de preços, contratação e obrigações das partes.

As disposições do edital e de seus anexos deverão utilizar terminologia uniforme quanto ao objeto, aos quantitativos, às unidades de fornecimento, aos prazos, ao local de entrega ou execução, às condições de recebimento, às garantias, às responsabilidades das partes e aos critérios de pagamento, evitando interpretações divergentes durante a sessão e a execução contratual.

O tratamento jurídico favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser disciplinado conforme a legislação aplicável, consideradas a natureza do objeto, a divisão dos itens ou lotes, os valores envolvidos e as hipóteses legais de afastamento, quando devidamente caracterizadas nos autos.

Das condições de participação, julgamento e habilitação

Examinada a minuta, verifica-se que o item 9.2 dispõe sobre os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e documentação complementar, observada a sistemática geral prevista na Lei nº 14.133/2021.

> I - habilitação jurídica, mediante a apresentação dos atos constitutivos, registros e documentos de representação compatíveis com a natureza jurídica do licitante;
> II - habilitação fiscal, social e trabalhista, mediante a comprovação das inscrições cadastrais e da regularidade perante as Fazendas competentes, o Fundo de Garantia

do Tempo de Serviço e a Justiça do Trabalho, além das declarações exigidas pela legislação;
III - qualificação técnica, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica que demonstrem aptidão para fornecimento compatível com o objeto, acompanhados dos demais documentos pertinentes previstos no edital;
IV - qualificação econômico-financeira, mediante documentação contábil e demais elementos previstos no instrumento convocatório, conforme a legislação aplicável;

A estrutura acima corresponde às categorias de habilitação estabelecidas no art. 62 da Lei nº 14.133/2021:

> Art. 62. A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:
> I - jurídica;
> II - técnica;
> III - fiscal, social e trabalhista;
> IV - econômico-financeira.

A estrutura documental do edital corresponde, em linhas gerais, às categorias legais de habilitação, devendo sua aplicação observar a pertinência dos requisitos à natureza do fornecimento e limitar-se ao necessário para comprovação da aptidão dos participantes.

No tocante especificamente à comprovação da capacidade técnica, recomenda-se interpretação pautada na razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, admitindo-se atestados que demonstrem experiência anterior em fornecimento de bens similares e compatíveis com os licitados, sem exigir identidade absoluta entre as peças anteriormente fornecidas e aquelas previstas no certame, respeitado o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

A interpretação e a aplicação das disposições editalícias deverão observar os princípios da isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, julgamento objetivo, vinculação ao edital e seleção da proposta mais vantajosa, nos limites da Lei nº 14.133/2021.

As condições de participação e habilitação deverão ser aplicadas uniformemente, em correspondência com a necessidade demonstrada pela Administração e com o objeto da contratação.

Das condições de execução, recebimento, fiscalização e pagamento

As condições de fornecimento das peças deverão estar suficientemente definidas no Termo de Referência e reproduzidas de forma compatível no edital e no instrumento contratual, especialmente quanto às ordens de fornecimento, prazos, locais de entrega, recebimento, conformidade técnica dos componentes, responsabilidades e pagamentos.

A fiscalização deverá verificar a compatibilidade das peças com os veículos e máquinas indicados, a conformidade com as especificações, a integridade dos produtos e o

cumprimento dos prazos contratados, mediante registros adequados e segregação de funções.

Os pagamentos deverão estar vinculados ao fornecimento efetivamente solicitado e recebido, observadas as condições pactuadas e a ordem cronológica legalmente aplicável.

Da Ata de Registro de Preços e da minuta contratual

A minuta da Ata de Registro de Preços, quando aplicável, deverá reproduzir as condições essenciais do edital e do Termo de Referência, incluindo objeto, fornecedores, preços, quantitativos máximos, vigência, condições de convocação, revisão, alteração, cancelamento e responsabilidades decorrentes do registro.

A minuta do instrumento contratual deverá conter as cláusulas necessárias previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente objeto e seus elementos característicos, vinculação ao edital e à proposta vencedora, regime de execução ou fornecimento, preço, pagamento, prazos, garantias, obrigações, fiscalização, sanções, alteração, extinção e foro competente, conforme a natureza da contratação.

A Ata, o contrato, as notas de empenho, as ordens de fornecimento e os demais instrumentos utilizados durante a execução deverão conservar correspondência com o edital, o Termo de Referência, os preços registrados e a proposta vencedora, sem alteração das condições que tenham influenciado a competição e o julgamento.

Da publicidade e dos atos subsequentes

A publicidade assegura transparência, controle e amplo acesso dos interessados ao certame. O inteiro teor do edital e de seus anexos deverá ser divulgado e mantido no Portal Nacional de Contratações Públicas, sem prejuízo das demais formas de publicação legalmente exigidas e dos meios oficiais adotados pelo Município.

> Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.
> § 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no diário oficial correspondente e em jornal diário de grande circulação.

Também deverão ser observados os prazos mínimos entre a divulgação do edital e a realização da sessão, a disponibilização dos documentos no sítio eletrônico oficial, o registro no Mural de Licitações do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e a publicação dos atos posteriores nos meios exigidos pela legislação e pela regulamentação aplicável.

Eventuais alterações do edital que possam interferir na formulação das propostas deverão ser divulgadas pelos mesmos meios utilizados para o texto original, com reabertura do prazo legal, ressalvadas as modificações que não afetem a preparação das propostas.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação que instrui os autos, a análise da fase preparatória, dos instrumentos de planejamento da contratação e da minuta do instrumento convocatório e seus anexos, bem como os fundamentos jurídicos desenvolvidos ao longo desta manifestação, esta Assessoria Jurídica entende que o procedimento licitatório encontra respaldo nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

Dessa forma, opina-se favoravelmente ao prosseguimento do Pregão Eletrônico SRP nº 9.2026-059-PMVX, referente ao Processo Administrativo nº 171/2026, destinado à registro de preços para futuro e eventual fornecimento de peças de reposição para caminhões e máquinas pesadas pertencentes à frota utilizada pela Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura – SEINFRA, desde que observadas as recomendações consignadas no corpo deste parecer, visando à regularidade do procedimento e à segurança jurídica da contratação.

É o parecer. Salvo melhor juízo.

Vitória do Xingu - PA, 09 de novembro de 2026.

PAULO VINICIU SANTOS MEDEIROS:01161936203
2026.11.09 15:54:40 -03'00'

PAULO VINICIUS SANTOS MEDEIROS
Assessor Jurídico do Município
OAB/PA 30.994